



A PRODUÇÃO DA CIDADE SEGREGADA: O CASO DE CURITIBA¹

CARVALHO, André de Souza²

SUGAI, Maria Inês³

RESUMO

Divulgada e referenciada, até mesmo internacionalmente, por um suposto êxito de seu planejamento e qualidade urbana e estrutural, Curitiba é consensualmente reconhecida como uma cidade bem equilibrada, sem pobreza ou favelas e não compartilhando dos graves problemas urbanos que afetam as metrópoles de seu porte. Tal crença decorre de um processo de planejamento do espaço urbano e da imagem da cidade que procurou, ideologicamente, restringir um espaço da metrópole e tomá-lo como o todo. Evidentemente, esta parte que foi planejada, transformada, divulgada e comercializada, não se refere àquela habitada pela população pobre e alijada das benesses de uma cidade "espetacularizada". Curitiba foi sendo produzida, especialmente nas últimas 5 décadas, a partir de um processo segregativo que excluiu grande parcela da população à medida que proporcionou e favoreceu a auto-segregação de parte da cidade. A ação do Estado, a desigualdade dos investimentos, a localização das habitações destinadas à população de baixa renda contribuiu para a produção e consolidação de uma cidade bastante adversa e dual. Ao invés de combater o problema da desigualdade social, o planejamento urbano curitibano potencializou a disparidade socio-econômica de sua população e dos espaços da cidade, proporcionando a manutenção e o paroxismo da exclusão social.

Palavras-chave: Curitiba; segregação; habitação; exclusão social.

¹ EIXO TEMÁTICO: Produção do espaço urbano

² Bacharel em História pela UFPR e mestrando da Linha de Urbanismo, História e Arquitetura das Cidades da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC (PGAU-Cidade); andresmith@ufpr.br

³ Prof. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU-Cidade). Membro do CONCIDADES (Conselho Estadual das Cidades do Estado de Santa Catarina); misugai2@gmail.com



ABSTRACT

Disclosed and referenced, even internationally, by a supposed success of their planning and urban quality, Curitiba have a general recognition as a city well balanced, without poverty or slums and not sharing the serious urban problems that affect metropolitan areas of its size. This belief stems from a process of city planning and image making of the city that tried - ideologically - to restrict a space of the metropolis and take it as the whole. Of course, this party that was planned, transformed, publicized and marketed, does not refer to that inhabited by the poor, deprived of the benefits of a city "spectacularized". Curitiba was being produced, especially in the last five decades, from a segregating process that excluded large part of the population at the same time providing and favored self-segregation of the city. The action of the State, the inequality of investments, location of habitation for the low income population contributed to the production and consolidation of a dual city and quite adverse. Instead of combat the problem of social inequality, urban planning curitibano enhanced the socio-economic disparity of its population and the spaces of the city, providing maintenance and paroxysm of social exclusion.

Keywords: Curitiba; segregation; habitation; social exclusion.

1. INTRODUÇÃO

Embora Curitiba seja consensualmente (re)conhecida, até mesmo mundialmente, como produto de um planejamento exitoso e de políticas e gestões urbanas acertadas, ainda são restritas e pouco divulgadas as imagens e realidades que produziram um espaço excluído e segregado no entorno da cidade que se divulgou como a “cidade modelo de um país viável” (VEJA, 1993). Da mesma forma, também são incipientes e pouco expressivas as reflexões sobre uma outra cidade ou uma “não cidade” que foi produzida marginalmente àquela que se destaca pela sua qualidade, organização e inovação urbanas.

O reverso da cidade dotada de boa infraestrutura, qualidade de vida e habitada por uma população relativamente homogênea e “qualificada” é uma região apartada das benesses urbanas e paisagísticas, habitada por uma população de baixo rendimento, menor escolaridade e que enfrenta maiores distâncias e tempos de deslocamento para ter o direito de desfrutar da cidade e seus serviços.



Objetivando demonstrar esta dualidade construída a partir de ações e ausências do Estado, este artigo, propõe analisar o processo de produção de Curitiba enquanto cidade segregada enfocando a localização da habitação de interesse social e o consequente isolamento da população de baixa renda curitibana durante as últimas 4 décadas.

Na capital do Paraná, o período em que o Estado começa a atuar enfaticamente no afastamento e isolamento da população economicamente desfavorecida coincide com o momento o qual a política urbana de planificação e qualificação dos espaços urbanos ocorre de maneira mais intensa em uma restrita região da metrópole. Tal prática – a de planejar o espaço diferenciado para uma minoria e excluir os “indesejados” para fora – se deu em um contexto de alterações na estrutura demográfica local, estadual e nacional. Na década de 1960 o Brasil começava a se tornar um país mais urbano que rural, o mesmo ocorreria no Paraná na década seguinte que, com a crise da economia cafeeira, passou por um processo de intenso êxodo rural. Curitiba recebeu grandes levas de migrantes advindos da crise do campo que se instalaram de forma precária em áreas isoladas, distantes e contrastantes ao espaço urbano privilegiado e restrito que estava sendo autoritariamente produzido para uma elite. Neste contexto, acirrou-se um processo de segregação espacial em Curitiba que contribuiu para a exclusão social de muitos habitantes privados de viver e habitar dignamente a cidade que se transformava.

1. DESENVOLVIMENTO

2.1 - A produção do espaço urbano de Curitiba

Curitiba surge no século XVII como um assentamento de mineradores e aventureiros que subiram a serra do Mar paranaense em busca de metais preciosos. Apesar de possuir uma relativa expressão econômica durante o século XVIII com o tropeirismo, foi, sobretudo com a economia da erva-mate e a melhoria das comunicações, a partir de meados dos oitocentos, que Curitiba deixou de se caracterizar como uma localidade periférica e pouco expressiva⁴. Entretanto, foi somente após a década de 1970 que a capital do Paraná ganharia

⁴ Curitiba só se tornou capital da comarca em 1853 e o Paraná só se tornou independente de São Paulo em 1853



expressividade nacional e até mesmo internacional ao se destacar com suas medidas urbanísticas criativas e diferenciadas.

Apesar de algumas iniciativas relacionadas ao planejamento urbano da cidade, como os melhoramentos urbanos das gestões do prefeito Cândido de Abreu nas primeiras décadas do século XX e o Plano Agache na década de 1940, um planejamento urbano mais intenso e contínuo ocorreria somente a partir de meados da década de 1960, expressando a tecnocracia e autoritarismo do período militar nos auspícios de planos e reformas urbanas. A partir de então, Curitiba se transformaria e passaria a ser intensamente divulgada nas décadas seguintes.

Conforme ressalta OLIVEIRA (2000), em Curitiba, diferentemente de outras capitais brasileiras que também foram alvo de planos autoritários e tecnicistas durante a nossa última ditadura militar, a ação da legislação urbanística juntamente com as medidas autoritárias e técnicas na reformulação do tecido urbano obtiveram maior êxito e aplicabilidade na capital do Paraná graças à permanência de políticos de mesma orientação partidária no comando da prefeitura entre meados da década de 1960 e início da década de 1980.

A continuidade de um mesmo grupo no poder local e a assistência e acompanhamento do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) – órgão criado para acompanhar a aplicação do Plano Diretor e que adquiriu grande articulação e poder de decisão nos rumos do planejamento da cidade – foram em boa parte responsáveis pela possibilidade da aplicação e condução de muitas das medidas contidas no Plano Diretor de Curitiba de 1966. Através deste instrumento legal e suas diversas alterações foi possível focar os investimentos estatais em infra-estrutura e concentrá-los em regiões que representassem maior retorno, visibilidade e benefícios ao Estado e aos grupos dominantes a ele aliado.

Na década de 1970, após o início da implantação de medidas do seu Plano Diretor – tendo por trás a ação e investimento do Estado - Curitiba passaria por um processo contínuo de planejamento urbano, que a faria, nas décadas subsequentes, ficar conhecida como uma cidade diferenciada e bem sucedida por sua planificação urbana. Entretanto, tal processo, revelou ter sido pouco preocupado com a população carente e menos favorecida da cidade, afinal, a ação do Estado, tanto na execução de infraestrutura quanto na elaboração da legislação urbanística, na maioria das vezes, atenderam aos interesses e beneficiaram ao grupo dominante. Dessa forma, as ações e repercussões do Plano Diretor, juntamente com toda a



dinâmica da “transformação” do espaço e da imagem da cidade que ocorreram a partir de então, revelaram contrários à produção de uma mais cidade democrática e igualitária. Observa-se, sobretudo, um claro interesse em afastar e invisibilizar pobreza e conflitos das partes da cidade que deveriam ser positivadas, midiaticizadas e vendidas como um projeto bem sucedido de cidade viável, criativa, com boa qualidade de vida e oposta às demais caóticas e desorganizadas metrópoles brasileiras.

O processo de planejamento do espaço urbano na capital paranaense ocorreu concomitantemente com a formatação e positivação da imagem da cidade (CARVALHO, 2008) que, ideologicamente, procurou restringir um espaço da metrópole e tomá-lo como o todo. Evidentemente, esta parte que foi planejada, transformada, divulgada e comercializada, não se refere àquela habitada pela população pobre e alijada das benesses de uma cidade "espetacularizada". A constituição dessa cidade espetacular (SANCHEZ, 1997), modelar, mitificada (OLIVEIRA, 1995; 2000) e injustamente partilhada (SOUZA), cujas consequências ultrapassaram os limites municipais (MOURA; ULTRAMARI, 1994), já foi e continua sendo devidamente analisada e criticada, porém, pouco se reflete a respeito da formação do espaço destinado à população pobre da metrópole curitibana, a qual sofre um intenso processo de segregação sócio-espacial, especialmente a partir do início de uma política continuada de planejamento urbano que procurou delinear e restringir a imagem de Curitiba a uma parte privilegiada da urbe, conjuntamente com uma política habitacional que não favoreceu integração social, ao contrário, excluiu e apartou considerável parcela da população.

2.2 - A ação da COHAB – CT

Exatamente no mesmo período em que se regulamentava o Plano Diretor de Urbanismo em Curitiba, no contexto de medidas e práticas de desfavelamento da cidade, foi criada a COHAB-CT (Companhia de Habitação Popular de Curitiba) com o propósito de elaborar e gerenciar a implantação de políticas habitacionais visando atender a população de baixa renda. Até final dos anos 80, a COHAB funcionou exclusivamente como agente financeiro e promotor do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e com o passar do tempo foi assumindo novas funções gerindo atualmente o FMHIS (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social).



A COHAB de Curitiba foi a segunda a ser constituída no Brasil, após a do Rio de Janeiro. Criada em 1965 como uma empresa de economia mista, cuja acionista majoritária era a Prefeitura Municipal de Curitiba, configurou-se, dentre seus principais objetivos a realização de ações voltadas à melhoria das condições de habitação das famílias com rendimentos inferiores. Apesar de contabilizar, durante suas quase 5 décadas de funcionamento, o atendimento a mais de 100 mil famílias, a localização das habitações dos contemplados, na quase totalidade dos casos, em muito contribuíram para a segregação e exclusão social na cidade. Além do primeiro conjunto habitacional ter sido construído no meio do nada em área desconexa da cidade, na década de 1990 a COHAB-CT “assentou” mais de 10 mil famílias no Sítio Cercado, uma área até então rural, distante e desintegrada do perímetro urbano curitibano. Atualmente esta região é que apresenta um dos maiores índices de crescimento demográfico e da violência em Curitiba.

A respeito da primeira iniciativa habitacional da COHAB Curitiba cabe ater-se de forma mais detalhada, dadas suas amplitude, consequências e aparente reverberação ainda nos dias atuais. Trata-se do primeiro conjunto habitacional da região que viria ser a CIC (Cidade Industrial de Curitiba) onde se concentra atualmente grande parte das habitações de interesse social da cidade, assim como os maiores índices de crime por homicídio e poluição atmosférica.

Em 1966, coincidentemente o mesmo ano da promulgação da Lei Municipal 2828 que “Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e **controle** do desenvolvimento integrado do Município”, como forma de manter a ordem e controlar a cidade, decide-se desfavelar Curitiba e, para isto, constrói-se em tempo recorde 2.150 casas de apenas duas tipologias, em uma área distante, isolada e desconexa do centro urbano, para onde foram deslocados cerca de 11 mil pessoas removidas de diversas favelas da cidade. Formava-se a Vila Nossa Senhora da Luz, o primeiro e malgrado conjunto habitacional curitibano, surgido em um terreno de 745.000 m² em área isolada da malha urbana da época, mas tido como exemplar e inaugurado com a presença do presidente Marechal Castelo Branco. Local que, passados quase meio século, ainda é reduto de problemas sociais e violência.

Historicamente, conforme demonstra Bonduki (1998) os conjuntos habitacionais brasileiros caracterizaram pela sua localização desprivilegiada no espaço urbano, muitas vezes



desintegrados deste, distribuídos através de relações clientelistas, possuindo qualidade construtiva discutível e em ações que prevalecem os interesses privados sobre os públicos. Resultando numa urbanização que propicia a formação de espaços desiguais em nossas cidades e produtor de áreas segregadas. Especialmente até a década de 1970, mas ainda nos dias atuais, salvo projetos pontuais diferenciados, as habitações de interesse social implantadas em nosso país só contribuíram com a segregação sócio-espacial. Além da padronização tipológica e excessiva concentração de unidades repetidas, são localizadas em áreas tão distantes e desconexas do centro principal da urbe que propiciam o isolamento e “abandono” de seus habitantes, privando-os do direito à cidade. Não obstante, ainda incrementam os custos de infra-estrutura, aumentam a dispersão urbana e a agressão ao meio ambiente.

Observa-se, que Curitiba não destoou do modelo, reservando, em geral, aos menos favorecidos, a desvantagem de habitar em locais distantes, isolados e em geral “marginalizados”. Para Albuquerque (2007), o elemento mais explícito da política habitacional de Curitiba foi a periferização da população de baixa renda “(...) a produção habitacional da ‘cidade modelo’ empurrou os pobres de Curitiba para as bordas do Município.” (p.113). O planejamento urbano curitibano atuou de forma profícua na valorização dos espaços destinados à população de alta renda em detrimento às necessidades básicas da população que vive em condições precárias, com acesso dificultado à cidade formal, “instalando-se estas em áreas, na maioria das vezes, inadequadas” (Ibid. p.63)

Se por um lado, Curitiba preparava para se tornar uma cidade 'espetacular' (SANCHEZ, 1997), por outro tratava o problema da habitação de maneira autoritária, violenta e excludente. Conforme relata Albuquerque (2007), a década de 1970:

"foi marcada pelas ações de remoção de favelas que objetivavam erradicar da 'cidade modelo' toda e qualquer forma de ocupação caracterizada pela irregularidade. (...) as famílias removidas das favelas curitibanas eram assentadas em 'áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico' (IPPUC, 1976, p.19), ou seja, distantes das regiões ocupadas predominantemente pelas camadas de alta renda." (p. 114)

2.3 - A segregação sócio-espacial

A segregação urbana não é fenômeno contemporâneo, embora tenha intensificado com a acelerada urbanização ocorrida nas últimas décadas. Também não se restringe ao espaço



físico, mas a diversos atributos, como econômico, social, e também às características urbanísticas, infra-estrutura, concentração de equipamentos públicos, conservação do espaço, etc. Para Villaça (2001) a segregação espacial é característica comum e presente nas grandes cidades brasileiras, atingindo também algumas cidades médias, onde as classes sociais se apresentam devidamente delimitadas e distribuídas no espaço urbano.

Segundo Lojkin (1997), a forma mais tradicional da segregação espacial é a oposição centro x periferia, onde os mais abastados situam-se próximos ao centro e os desfavorecidos economicamente habitam as franjas das cidades, distantes dos equipamentos e infra-estrutura. O autor também chama atenção para a diferença da distância da localização da habitação dos trabalhadores em relação às áreas residenciais mais nobres, sendo que a população trabalhadora vive em locais onde a deficiência de equipamentos públicos e infra-estrutura básica contrastam em muito com o local onde vivem as camadas privilegiadas da sociedade, no qual se concentra as principais benesses urbanas assim como os melhores serviços públicos e de comércio e serviços. Além do acesso e disponibilidade aos bens urbanos, outro fator que contrasta entre as regiões habitadas por população de alta renda e a de baixa é a questão da mobilidade. O percurso realizado pelas camadas mais pobres, dependentes do transporte coletivo, de suas casas ao trabalho, costuma ser bem maior e despendendo um tempo excessivo, maiores custos e potenciais atrasos. Por outro lado há os que vivem próximo ao trabalho e utilizam transporte individual e são favorecidos com as melhores vias de acesso e estruturas para se locomover.

A segregação acaba se dando por este processo dialético, relacional onde a segregação de uns ocasiona a segregação dos demais. A ocorrência do processo segregativo de um grupo decorre da auto-segregação de outro.

Rolnik (1988) compreende que a segregação é "produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa" (p.40). porém, "quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto" (Ibidem)

Para Maricato (1996, 2003), a segregação urbana é uma das faces mais eminentes da desigualdade social e parte promotora da mesma, dado que ilegalidade, pobreza urbana e violência são fatores intrinsecamente relacionados a um meio urbano segregado. Segundo a autora, grande parte dos espaços segregados habitados por população de baixa renda são locais alijados de legislação e preocupações urbanísticas, na maioria das vezes ocupando



terras de posse públicas ou privadas, onde a comunidade, por sua distância física e social da cidade "legal" ignora a autoridade do poder público, que por sua vez também os ignora. Estes espaços acabam se tornando redutos de criminosos que passam exercer influência e domínio sobre pessoas carentes, acuadas e amedrontadas. A autora compreende que nas cidades brasileiras há a ação de um urbanismo de característica segregadora, que planeja e funcionaliza uma cidade "legal", porém propicia e aceita o desenvolvimento de uma cidade "ilegal" mas a despreza, como se inexistisse para o planejamento urbano oficial.

"A dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003, p.152)

2.4 – A produção da Curitiba segregada

Apesar de possuir há muito tempo áreas urbanas diferenciadas e habitadas por população também socialmente diferenciada, foi sobretudo a partir da décadas de 1960 que a segregação sócio-espacial se acirrou na capital paranaense. Além da institucionalização do Plano Diretor e o início sistêmico de alterações mais profundas na estrutura urbana na cidade, este momento coincide com um período de forte migração campo-cidade, especialmente de trabalhadores rurais advindos do Norte do Paraná e também com uma política habitacional excludente que passou a localizar as habitações destinadas à população de renda inferior nos extremos da malha urbana ou em regiões até mesmo desconectadas desta.

O processo da constituição de Curitiba como uma cidade segregada ocorreu analogamente a outras grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife (VILAÇA, 2001 e ROLNIK, 2003), onde a produção e consolidação de um espaço urbano segregado foi sendo desenvolvido seja a partir do direcionamento de investimentos públicos, como pela ação ou omissão da legislação urbanística e também ao atendimento e favorecimento do mercado imobiliário e interesses dominantes. Entretanto, a ação do Estado na produção de uma Curitiba dual e segregada também se deu a partir de uma política



habitacional que relegou para a periferia da cidade os principais conjuntos habitacionais destinados à população desfavorecida economicamente. Na maior região metropolitana do Paraná, dadas as ações que se propuseram planejar um ambiente urbano homogêneo e desprovido de evidentes contradições, a legislação urbanística somada a uma estratégia habitacional de não permitir a habitação popular em áreas privilegiadas da metrópole contribuiu para a produção de um meio urbano deveras segregado, com expressiva exclusão social.

Villaça (1986, 2001) nos aponta o papel das classes dominantes na escolha dos melhores e mais acessíveis espaços urbanos para se estabelecer, assim como a necessidade de se concentrarem em uma determinada região da cidade como forma de garantir e manter seu poder e influência sobre o espaço urbano. Assim, uma parte já privilegiada da cidade, recebe as maiores atenções e investimentos, afinal, além da proximidade e quase dependência do poder econômico com o político-administrativo, há todo um aparato ideológico que define a região habitada hegemonicamente pela população de alta renda como sendo “a cidade”. Por meio da ideologia, os dominantes fazem “com que se chame de 'cidade' aquela parte da cidade nas quais tem interesse. Identificando tais partes como a 'cidade' ela pode melhor justificar as leis e obras que faz para melhorá-las, como leis e obras destinadas a melhorar 'a cidade'”, (1986, p.47). Afinal, “a representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real.” (MARICATO, 2001, p.165).

Em Curitiba as áreas favorecidas urbanisticamente sempre foram habitadas tradicionalmente pela população de alta renda. Conforme apontou Souza (2001), a definição da localização dos eixos estruturais no Plano Preliminar de Urbanismo - que antecedeu e influenciou o Plano Diretor de Curitiba - foi perpassar pela região da cidade onde o valor da terra era maior, o que valorizaria ainda mais o solo de posse dos proprietários mais favorecidos da cidade. Ao mesmo tempo, o planejamento desconsiderou áreas invadidas ou habitadas por pessoas pobres, afinal, aquilo seria uma afronta à ordem urbana de uma cidade ideal. Para o autor, tal situação atribuiu “um valor suplementar a espaços já valorizados [e contribuiu para] formar um estoque para expansão seletiva do centro da cidade (2001, p.107).” ao mesmo tempo em que “a população pobre, habitante de uma região insalubre, foi



representada como insignificante em termos estatísticos e tornou-se invisível para o planejamento.” (Op.cit. p.111)

Outros casos mais explícitos como a instalação de um shopping em área indevida, (OLIVEIRA, 2001) ou a utilização de área reservada para habitação popular na construção de condomínios verticais de alto luxo no Ecoville (POLUCHA, 2011) evidenciam a forte influência e aderência da elite econômica com o poder local para a definição e determinação de interesses e privilégios no espaço urbano.

Souza (2001) questiona-se se a “elite ocupou as melhores regiões como estratégia para captar os investimentos públicos, ou se os investimentos públicos garantiram a valorização de áreas reservadas à elite.” (p.118) mas compreende que no final das contas, ambas as realidades são fruto do mesmo processo.

Assim, apreende-se que modelo de planejamento de Curitiba foi extremamente favorável para a estruturação do espaço habitado pelas elites, o qual foi amplamente divulgado como sendo a cidade. Por outro lado, os espaços que iam sobrando para a população menos favorecida não faziam parte da cidade que se pretendia evidenciar e “vender”. Tal processo gerou uma extrema concentração de poder, riqueza, controle, propiciando um verdadeiro isolamento dos “ideais” moradores da cidade, ilhados na prosperidade, mas margeados por uma população carente, sem assistência e esquecida do poder público. “De um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e do outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora.” (VILLAÇA, 1986:43).

Sugai (2009) compreende que num âmbito estrutural, a determinação territorial às populações pobres decorre da:

hegemonia, em especial o capital imobiliário e fundiário, que têm historicamente obtido precedência na escolha e na localização de seus empreendimentos, de suas áreas residenciais, de seus investimentos imobiliários e no poder de pressão sobre o Estado para a localização espacial dos investimentos e dos serviços públicos (...) na maioria das vezes, a escolha ou a única alternativa de moradia dos pobres incide nas terras urbanas que “sobram” e que se constituem, principalmente, nas áreas de proteção ambiental e nas áreas de risco ou nas periferias distantes. (SUGAI, 2009:196)

A dualidade, expressa visivelmente no espaço urbano curitibano desde muito tempo, acirrou-se ainda mais nos últimos anos com este planejamento que legitimou a cidade ideal como sendo aquela habitada pelas camadas dominantes. “[Curitiba] parece selecionar seus



migrantes, reservando à Região Metropolitana de Curitiba (RMC) como espaço para as classes populares, enquanto privilegia o recebimento das camadas médias e altas dos novos migrantes”. (SOUZA, 2001, p.107)

Segundo Villaça (2001) ao se concentrarem em uma parte da cidade, as camadas altas da sociedade direcionam com maior facilidade a produção de localizações mais favoráveis à manutenção de seu poder sobre o espaço urbano, o que implica na auto-segregação. A segregação urbana se dá na luta pelas localizações e a mesma seria um processo dialético, “em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros.” (2001, p.148). Uma vez a população de alta renda se concentrando e tendo hegemonia em determinada parte da cidade, ela exclui a possibilidade de que outro grupo possua domínio da mesma. Se a “Curitiba modelar” foi projetada em uma região em que já se concentrava riqueza e poder e ainda criou mecanismos para ampliar esta região, excluiu a possibilidade da mesma ser “invadida” pela pobreza, expulsando o indesejado para suas margens.

Um elemento importante para o processo segregativo de Curitiba foi a intensa atuação do Estado a partir de meados da década de 1960 na área urbana da cidade. Com a legalização do Plano Diretor definiram-se os eixos estruturais de crescimento e adensamento da cidade, onde a formação de espaços privilegiados e homogêneos ocorreu de forma mais evidente. Para SOUZA (2001) o saber técnico - do grupo de tecnocratas⁵ que se apoderou do comando da cidade - articulou-se às estratégias de divisão desigual do espaço e orientou as políticas urbanas⁶. Da mesma forma que nas demais grandes cidades do país, a população de alta renda curitibana se auto-segregou (VILLAÇA, 2001), ou seja, concentrou-se e criou uma barreira ao seu redor, favorecendo e influenciando os investimentos e as atenções urbanas para aquela região da cidade que ideologicamente formatou-se como “a Curitiba”. Todo resto, por não representar a cidade, foi tratado com menor importância. E o espaço destinado a uma grande

⁵ Trata-se de um grupo de engenheiros e arquitetos urbanistas formado para a discussão e implementação do PPU (Plano Preliminar de Urbanismo) que “evoluiria” para o PDU (Plano Diretor de Urbanismo). Este grupo permaneceu mesmo após a promulgação da Lei 2828 de 1966 que instituiu o Plano Diretor de Curitiba, possuindo relação direta com a fundação do IPPUC (Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba) – órgão que exerceu grande influência na executivo municipal e revelou alguns prefeitos como Jaime Lerner e Cássio Taniguchi

⁶ “Essa articulação pode ser constatada ao analisarmos a argumentação técnica mobilizada no PPU [Plano Preliminar de Urbanismo] para definir a localização dos eixos estruturais, cujo efeito foi atribuir um valor suplementar a espaços já valorizados e formar um estoque para expansão seletiva do centro da cidade”. (SOUZA, 2001, p.107).



maioria de aliados da “cidade da elite” foram os preteridos, não legalizados e não valorizados, dada sua localização, acesso e possibilidade de integração ao núcleo urbano privilegiado. Em tais espaços rejeitados é que se permitiram a instalação da população de baixa renda, seja legalmente, através da construção de conjuntos habitacionais e cessão de lotes urbanizados pela COHAB-CT, seja ilegalmente, com a “permissão” e aparente aceitação das invasões e assentamentos irregulares na crescente periferia curitibana.

Concomitantemente à produção deste espaço segregado, restrito a uma elite e devidamente bem cuidado e ordenado, também foi se constituindo uma vasta periferia, habitada por populações de baixa renda, pouca qualificação profissional e educacional, apartada dos espaços privilegiados da cidade e excluída socialmente. Local onde ainda nos dias atuais são destinados os habitantes que necessitam de moradia de interesse social. À medida que o planejamento urbano tornava-se mais consolidado e restrito aos interesses de uma elite, parte dos excluídos da metrópole, começava a emergir em movimentos de luta pela posse da terra em vazios urbanos da cidade, muitos deles, destinados à especulação imobiliária. Várias invasões ocorreram em áreas públicas e privadas da capital no final da década de 1980 (TONELLA, 2010), aumentando as áreas habitadas por populações carentes em regiões ausentes de políticas públicas e desprovidas de infraestrutura. Enquanto isso, áreas verdes e parques eram minuciosamente elaborados para evitar ocupação de regiões de interesse ambiental próximas de áreas valorizadas da cidade.

A maior explosão das ocupações irregulares e pessoas habitando precariamente a "capital da qualidade de vida" ocorreu, ironicamente, na década de 1990, ápice do *citymarketing* curitibano. De 1987 a 2000 houve um incremento de 214 ocupações ilegais na cidade, totalizando 301 áreas de habitação irregular que abrigavam um montante de 57.333 domicílios e um contingente populacional superior a 150 mil habitantes. Enquanto a cidade ganhava prêmios e afirmava seu status de "capital ecológica", seus fundos de vale e áreas de preservação ambiental estavam sendo ocupados por pessoas que eram excluídas da possibilidade de habitar a "cidade planejada".

Para MOURA (1994), o extravasamento populacional de Curitiba em direção aos municípios de seu entorno imediato, deve-se a alguns fatores que provocaram e viabilizaram a ocupação metropolitana, muitos deles relacionados ao planejamento urbano de uma cidade que começava a delinear uma imagem para ser comercializada e privilegiar espaços a uma



população também privilegiada. As intervenções e legislações relacionadas ao uso do solo, causaram sua grande valorização, especialmente nos eixos estruturais do sistema trinário⁷ – que associava transporte público e individual de alta velocidade ao redor de áreas zoneadas para permitir grande verticalização e impedir usos menos “nobres” - Muitos dos terrenos ocupados ao longo desses grandes eixos para o qual a cidade deveria crescer passaram por um processo de descarada especulação imobiliária. Por outro lado, os municípios vizinhos possuíam terras mais baratas e menores ou ausentes restrições construtivas propiciando a ocupação além das fronteiras curitibanas, especialmente a partir de 1990, quando o conjunto de municípios periféricos⁸ à Curitiba cresceram 5,23% ao ano, contra 2,11% da cidade pólo.

A expansão dos assentamentos irregulares caracterizou uma das únicas opções para a população de baixa renda, que enfrentando problemas de inadequação habitacional, restrita acessibilidade aos serviços básicos e precária integração urbana, ainda era “expulsa” da cidade que se planejava através de uma política de *image-making* e zoneamento restritivo. Vale ressaltar, que as invasões permissíveis e toleráveis ocorreram em áreas distantes das regiões mais valorizadas⁹ da cidade, aquelas periféricas e “invisíveis” ao núcleo modelo que servia de vitrine aos investimentos internacionais e à exaltação de seus urbanistas. Local para onde também eram destinados os conjuntos populares habitados por uma população de menor poder aquisitivo. "A mesma legislação também vale para a população menos favorecida, porém, neste caso, acaba induzindo-a a ocupar espaços periféricos, seja através da definição das ZEIS, seja com a permissibilidade da informalidade em determinadas áreas distantes da “Curitiba” que se produziu para as camadas privilegiadas.

⁷ O Sistema Trinário, base da transformação urbana curitibana pós 1970, consiste em vias que atravessam a cidade cruzando regiões já ocupadas por uma população economicamente privilegiada. Divididas em três pistas, sendo um corredor exclusivo para o transporte público no meio e duas faixas para o tráfego local. Outras duas avenidas paralelas servem como vias expressas de trânsito rápido que promovem acesso ou saída da área central. Foi uma concepção de transporte de massa projetada para atender as necessidades de uma cidade onde uso do solo do entorno das vias percorridas pelo transporte público seriam hierarquizadas. Inspirou a reformulação sistema viário e de transporte coletivo, ao longo do qual Curitiba deveria crescer evitando o adensamento de áreas já povoadas.

⁸ Houve casos de cidades do entorno imediato da capital que duplicaram sua população entre os anos de 1991 a 2000, como o ocorrido em Fazenda Rio Grande, extensão da periferia que extravasou das bordas de Curitiba sobre o Município de Mandirituba, causando o desmembramento dessa continuidade periférica curitibana que cresceu num ritmo de 10,76% ao ano.

⁹ “Os espaços reservados à população de alta renda contavam com uma legislação que garantia a satisfação de suas necessidades e criava locais de qualidade e beleza, valorizando ainda mais seus imóveis.” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 185).



2.5 - Habitando a “não cidade”

Passados quase meio século de um exaltado planejamento urbano e supostamente exemplar, mas que pouco se preocupou com a habitação da população socialmente desfavorecida, observa-se que os abismos sociais cresceram continuamente na maior metrópole paranaense. Se em 1960 as favelas se reduziam a menos de duas dezenas, a maioria delas próximas ao centro, na virada do milênio Curitiba contabilizava um número superior a 300 áreas de ocupação irregular (IPPUC, 2007), habitadas por pouco mais de 10% do total da população, boa parte delas concentradas na região Sul e Leste da cidade, formando um cinturão de pobreza que avança sobre os demais municípios limítrofes. Comparados os índices de riqueza de regiões centrais de Curitiba com cidades metropolitanas vizinhas, a desigualdade é ainda mais gritante.

Vale ressaltar, que nas últimas décadas, é o entorno pobre da capital que apresenta os maiores índices de crescimento populacional. Enquanto a cidade pólo cresceu menos de 1% ao ano entre 2000 e 2010, os municípios periféricos crescem em uma média anual de 2,25%, sendo os limítrofes à área Sul, a mais pobre da cidade, os que possuíram maiores índices de crescimento. O avanço do crescimento da população carente se dá de forma desconcentrada das regiões centrais de Curitiba, intensificando a mancha de pobreza que começou a crescer no entorno da capital a partir dos anos de 1970. Tem-se assim, que a dinâmica da expansão da metrópole ocorre, em sua maioria, numa região carente, tanto de planejamento, quanto de políticas e investimentos públicos. A população pobre e marginal é a que mais cresce, mas são os ricos que continuam obtendo maiores atenções.

Não diferenciando muito da primeira iniciativa habitacional da cidade (Vila Nossa Senhora da Luz), as áreas destinadas à habitação popular de Curitiba a partir da década de 1960 até os dias atuais ocorreram hegemonicamente em regiões distantes do centro urbano, em áreas pouco valorizadas para a expansão. Geralmente próximas das áreas de invasões, assentamentos e favelas, aglutinando uma população excluída do privilégio de habitar as áreas da cidade que recebem os maiores investimentos e cuidados.



Conforme exposto no mapa abaixo (Figura 1), os conjuntos habitacionais curitibanos concentram-se na região Sul, local dos bairros mais carentes violentos e esquecidos da urbe, em áreas distantes do centro, suas benesses e acessibilidade, desconexas das áreas privilegiadas da cidade e extremamente contrastantes a estas, seja no tocante à qualidade urbana, ao nível social, às facilidades e equipamentos disponíveis

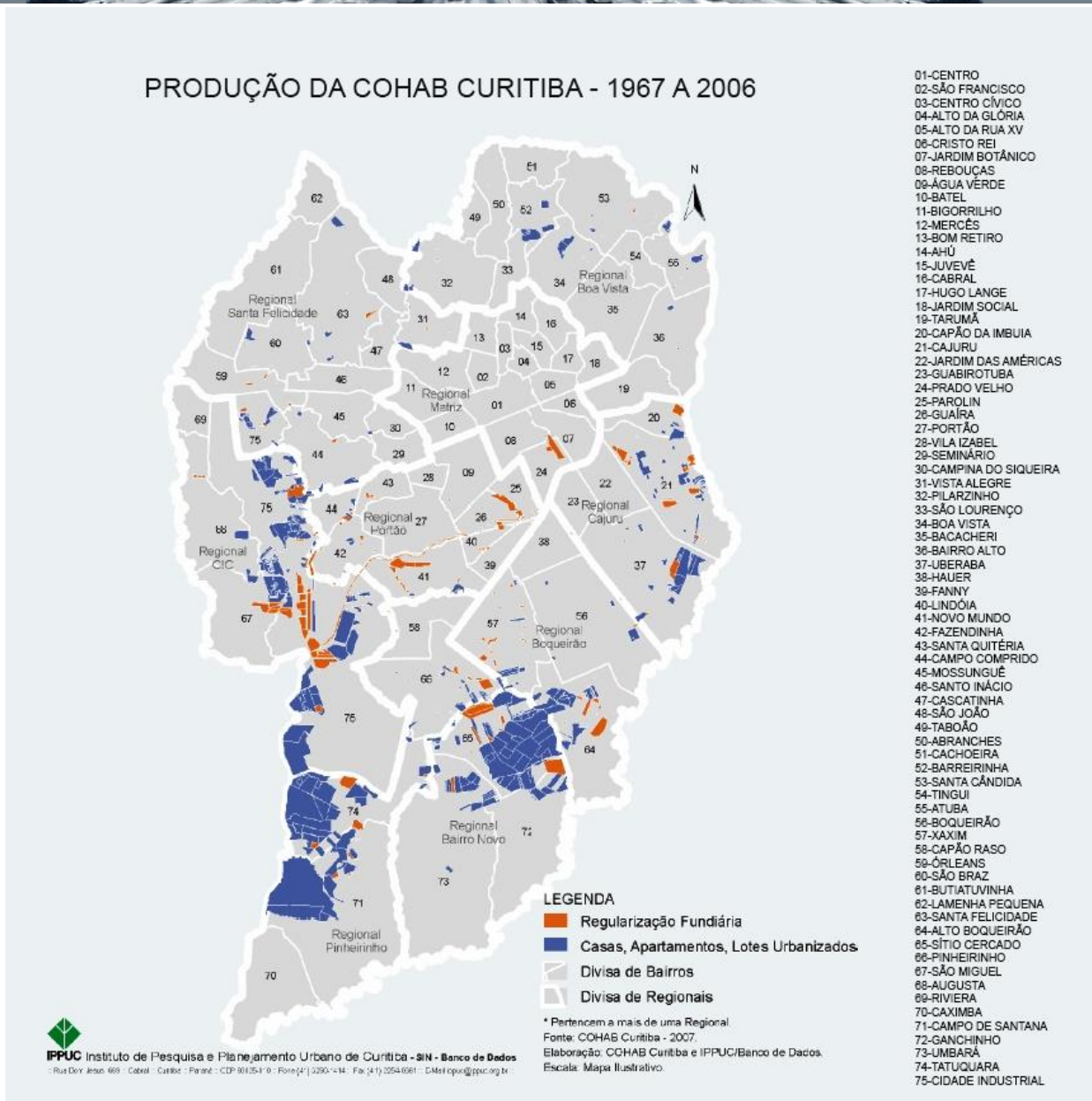


Figura 1- Localização Conjuntos Habitacionais COHAB

Fonte:IPPUC/COHAB Curitiba 2007

Instalados distantes do centro das cidades, do mercado de trabalho, dos melhores acessos e transportes e dos principais equipamentos urbanos, os conjuntos habitacionais contribuem para reforçar o caráter segregador e periférico da metrópole e aprofundar a desigualdade social. Convém reafirmar, que além da distância física entre os conjuntos habitacionais e as áreas privilegiadas, também é averiguável a distância social através do rendimento mediano dos domicílios. Observa-se no mapa abaixo (Figura 2) que a população



economicamente – e urbanisticamente – favorecida, habita áreas próximas ao centro, onde o rendimento é superior a 7 salários mínimos, por outro lado, nas regiões que abrigaram a grande maioria das ações da COHAB (portanto destinadas à habitação popular) o rendimento nominal mediano é inferior a 3,9 salários mínimos. A Regional Matriz, onde se situa a área central, historicamente melhor atendida pelos investimentos públicos, possui 80% dos bairros onde rendimento nominal mediano é superior a 10 S.M. e, por um acaso, não possui nenhum conjunto habitacional.

Os bairros da regional matriz, assim como os demais bairros contíguos que concentra a população de mais alta renda da cidade, estão isolados entre si, beneficiando da melhor estrutura e serviços da cidade. Em tais áreas não existe nenhuma área demarcada como SEHIS¹⁰ (Setor Especial de Habitação de Interesse Social), estas estão localizadas e concentradas no Sul da cidade, uma região em que “a exclusão urbanística é representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano e ignorada na representação da 'cidade oficial'” (Ibid. p.72) (Figura 3).

¹⁰ Equivalente às ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), instituídas pelas diretrizes do Estatuto das Cidades, as SEHIS foram estabelecidas em Curitiba no ano de 2000 pela lei municipal 9.800. Somente em 2007, através da Lei 12.407, Curitiba demarcou como ZEIS algumas quadras da Vila Parolim e Vila Formosa, uma das únicas favelas próximas ao centro da cidade

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

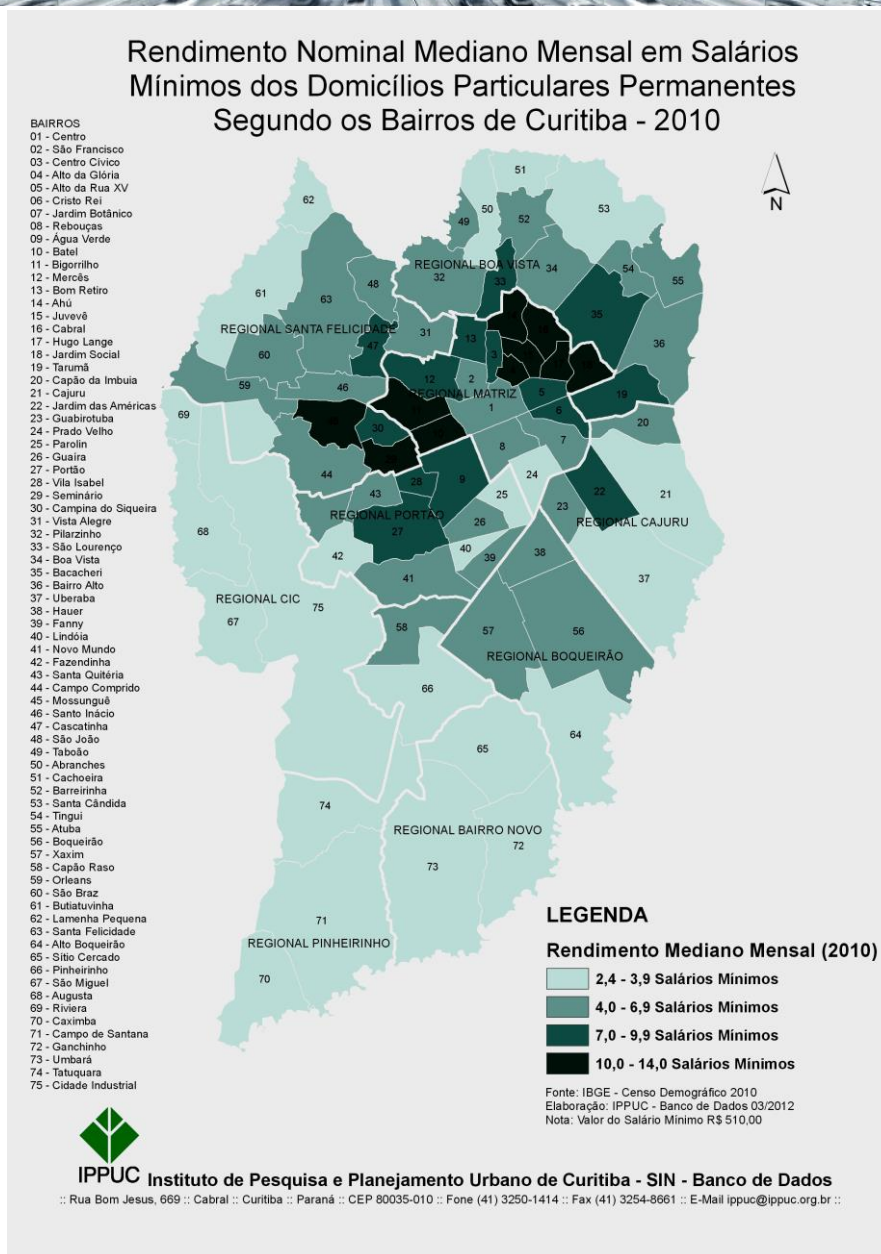


Figura 2 - Rendimento Mediano Mensal dos Bairros de Curitiba

Fonte: IPPUC / IBGE, Censo 2010

19, 20 e 21 de agosto de 2013

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

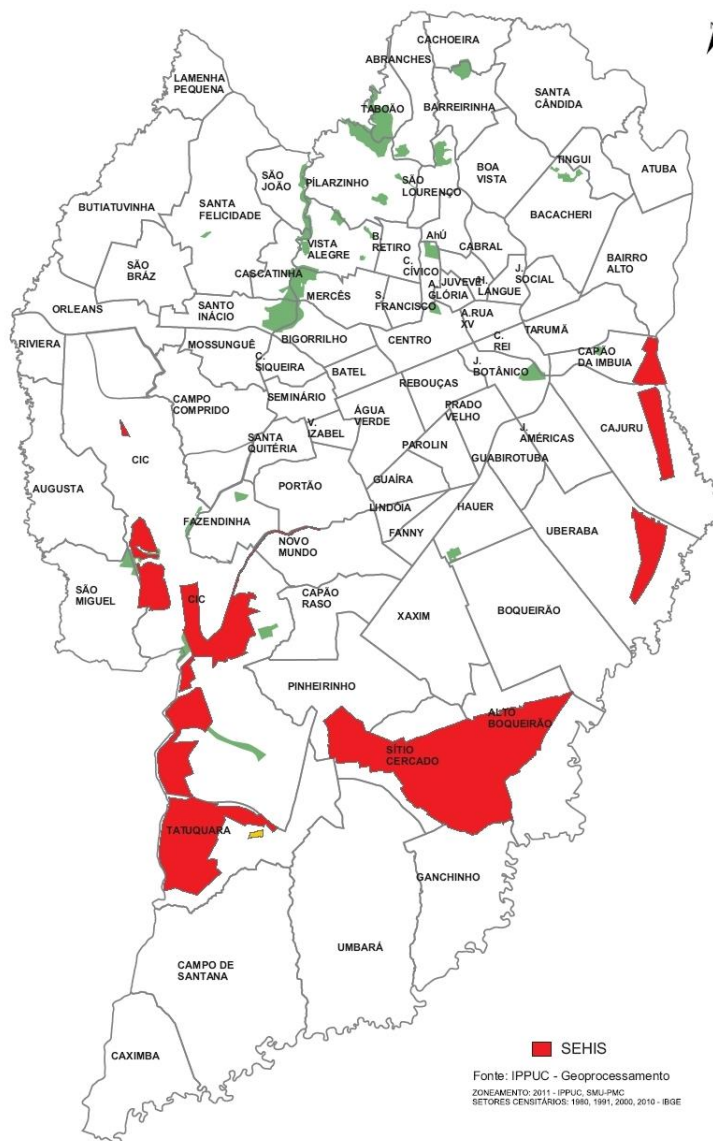


Figura 3 - SEHIS e Parques em Curitiba

Fonte: IPPUC, 2010

De um lado da cidade, o Norte, estão os parques, atrativos turísticos, áreas verdes e a pequena parcela privilegiada da população vivendo com a afamada qualidade de vida curitibana. No outro extremo, para a “não cidade”, reservou-se o espaço aos pobres, aos habitantes de áreas de interesse social, de assentamentos precários e conjuntos habitacionais.

Até mesmo no momento atual, passados o Estatuto da Cidade, a formação do Ministério das Cidades e as discussões e movimentos em prol da democratização do espaço



urbano brasileiro¹¹, os últimos grandes projetos e empreendimentos habitacionais da cidade, vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do governo federal, que na teoria garantiria à população mais necessitada o direito de habitar a cidade, estão se revelando similares aos conjuntos habitacionais do passado, uma vez que se concentram em grandes números de unidades habitacionais idênticas e situadas nas regiões menos privilegiadas da cidade. Em Curitiba, das 4.300 unidades destinadas a faixa 1 (famílias com rendimento mensal de até 3 SM), todas elas se localizam em bairros periféricos, distantes do centro da cidade e em geral habitados pelos estratos mais carentes da sociedade¹², sendo que a grande maioria delas – 3.173 unidades, 74% do total - estão concentradas nos bairros mais pobres do extremo Sul da cidade, onde as invasões, ocupações de terra e conjuntos habitacionais destinados a uma população de renda inferior já é uma constante, assim como o esquecimento e a quase ausência da ação e investimentos do Estado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente do exposto, apreende-se que produção do espaço urbano em Curitiba possui características expressamente segregadoras, dado que a distribuição das diferentes camadas população no espaço citadino ratifica e explicita a condição social das mesmas. A dualidade do espaço habitado pelas camadas nobres e da população pobre, embora não explicitado e revelado, é evidente e marcante, especialmente se analisarmos onde mora cada estrato social e a maneira como eles foram sendo permitidos, impelidos ou afastados de habitar determinadas áreas da cidade. Cabe reforçar que a ação do Estado através da legislação urbanística, nos investimentos públicos, na determinação das ZEIS e da localização dos conjuntos habitacionais em muito contribuiu para a conformação desta cidade segregada, dual e excludente.

¹¹ Embora existiram avanços legais na questão urbana na Constituição de 1988, assim como no Estatuto da Cidade - Lei 10.257 de 2001, a legislação tem barrado em interesses particulares de integrantes das camadas dominantes da sociedade, como se os interesses destes estivessem acima das leis.

¹² Analisando os bairros em que estão recebendo a maioria dos empreendimentos do MCMV (COHAB-CT), identificou-se que 69% das unidades habitacionais destinadas a faixa de interesse social estão localizadas nos no Tatuquara e Ganchinho, bairros localizados no extremo Sul de Curitiba, fazendo divisa com outros municípios da RMC e que apresentam rendimento mediano mensal inferior a 1 SM, segundo o Censo de 2010.



Se Curitiba consegue manter sua imagem idealizada e áreas planejadas de regiões mais favorecidas, isto ocorre através da exclusão da grande massa de habitantes menos favorecidos que foram literalmente marginalizados, isto é, postos às margens de um núcleo urbano que se organizava para se tornar ainda mais atrativa, mas a um público restrito e solvável.

Compreende-se que por seu caráter antidemocrático e extremamente parcial (seja nas regiões onde atua, seja na parcialidade em atender os privilegiados) o planejamento urbano curitibano, ao invés de combater o problema da desigualdade social, potencializou a disparidade socioeconômica de sua população e dos espaços da cidade, proporcionando a manutenção e o paroxismo da segregação urbana e exclusão social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Al. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. Dissertação de mestrado. FAU-USP, São Paulo, 2007.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**, São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CARVALHO, A. S. **Curitiba: Imagem do planejamento ou planejamento da imagem?** Monografia (Bacharelado em História). UFPR, Curitiba, 2008.

IPPUC. **Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**, Curitiba, IPPUC, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**, São Paulo: Hucitec, 1996

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, 2003, p. 151-167.

MOURA, R; ULTRAMARI, C.(Org) **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**, Curitiba: IPARDES, 1994.



OLIVEIRA, D. . **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 2000

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

POLUCHA, R. S. **Ecoville: construindo uma cidade para poucos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei : legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

SOUZA, N R. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade, **Rev. Sociol. Polit**, Curitiba, n.16. 2001.

TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? **Cad. MetrÓpole**, São Paulo, v. 12, n. 23, p.239-262, 2010.

VEJA. Edição 1281, ano 26, n.13. 31 de Março 1993.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**, São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**, São Paulo: Global, 1986.

SUGAI, M. I. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, P. **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades**, Porto Alegre: Antac, 2009.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In : Arantes, O., Vainer, C. B. & Maricato, E. **A cidade do pensamento único : desmanchando consensos**. 3a. ed. São Paulo:Vozes, 2002.